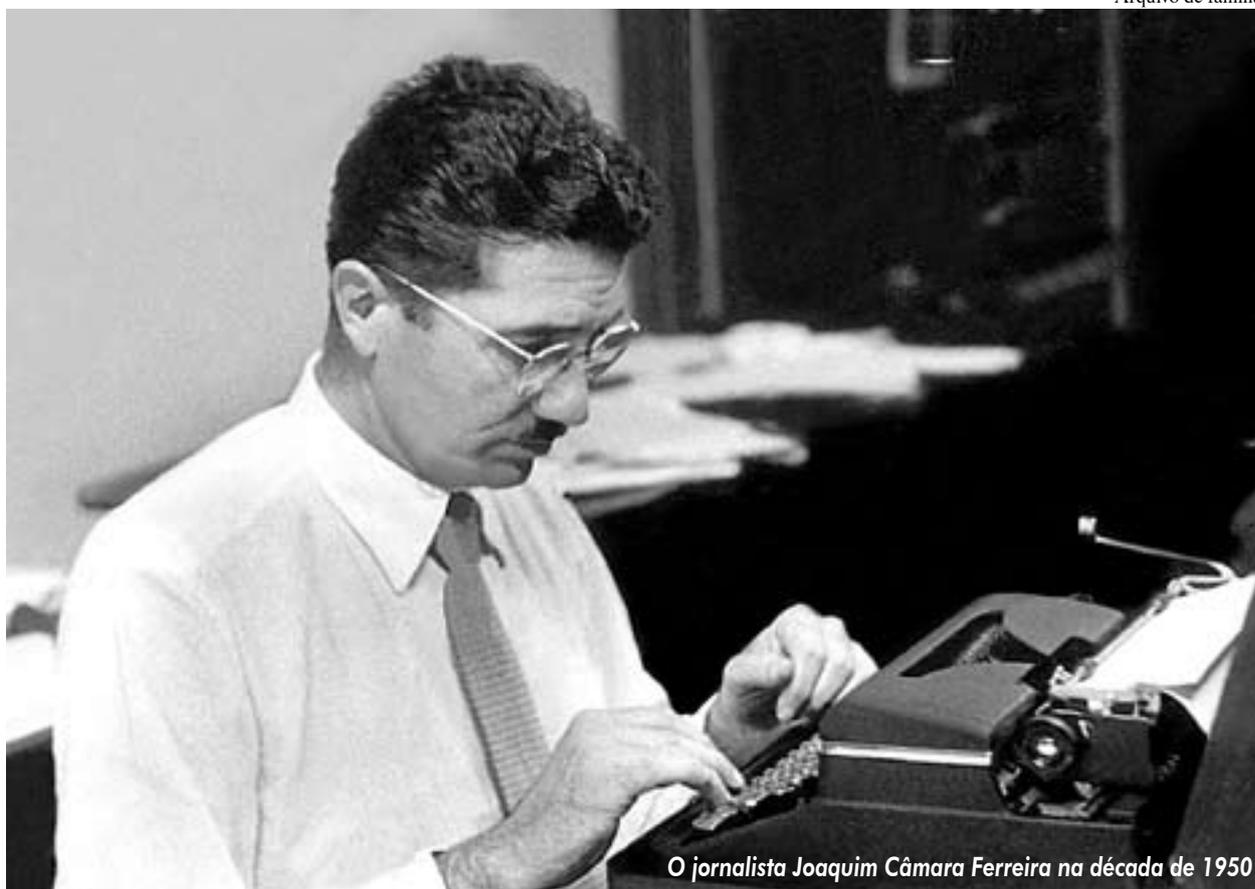


“COMANDANTE TOLEDO, PRESENTE! AGORA E SEMPRE!”

Vanessa Silva e Pedro Estevam da Rocha Pomar
Jornalistas

Arquivo de família



O jornalista Joaquim Câmara Ferreira na década de 1950

Decorridos 40 anos desde o assassinato de Joaquim Câmara Ferreira, o “Comandante Toledo” da Ação Libertadora Nacional (ALN), por agentes da Ditadura Militar implantada em 1964, o Estado brasileiro concede anistia póstuma a esse antigo militante, que também se destacou como diretor do jornal Hoje, do PCB, nas décadas de 1940 e 1950. Em meio às homenagens organizadas por companheiros de militância e amigos, foi lançada a biografia de Câmara Ferreira, O Revolucionário da Convicção

23 de outubro de 1970. O Brasil vive um dos períodos mais violentos e obscuros da sua história. A equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury, do famigerado DOPS-SP, órgão de repressão política, captura Joaquim Câmara Ferreira, então o principal nome do grupo clandestino de esquerda Ação Libertadora Nacional (ALN), expoente da luta armada antiditatorial. Horas depois, o corpo de Câmara Ferreira, o “Comandante Toledo”, chega ao prédio do Instituto Médico-Legal (IML), para reconhecimento da família.

23 de outubro de 2010. Barbas e cabelos brancos compõem o cenário do evento realizado no prédio do antigo DOPS-SP, hoje transformado em Memorial da Resistência. Durante a Ditadura Militar, centenas de militantes comunistas e integrantes de movimentos armados foram encarcerados e torturados neste espaço, não por acaso escolhido para a realização da cerimônia de homenagem e de concessão da anistia ao “Comandante Toledo”, que em décadas de militância, no Partido Comunista (PCB) e depois na ALN, dedicou sua vida a um único ideal: fazer a revolução socialista no Brasil.

Durante o governo do presidente Lula da Silva foram criadas as “Caravanas da Anistia”, que percorrem os Estados brasileiros com o objetivo de resgatar histórias de luta de personagens em sua maioria esquecidos pela historiografia oficial, e conceder-lhes o reconhecimento e o pedido de perdão formal do Estado brasileiro. Desde 2002, foram analisados pela Comissão de Anistia

mais de 70 mil requerimentos. Um deles foi apresentado pelo filho de Câmara Ferreira, Roberto Cardieri Ferreira, hoje com 64 anos.

O ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, Paulo Vanucchi, abre oficialmente a 46ª Caravana da Anistia promovida pelo Ministério da Justiça, ocasião em que enfatiza a importância da criação da Comissão Nacional de Verdade, instituição que poderá “promover o impulso que ainda falta ao nosso País para que o judiciário brasileiro e setores

Por unanimidade de seus membros, a Comissão de Anistia declarou “o jornalista e combatente, herói do povo brasileiro, Joaquim Câmara Ferreira”, anistiado político post mortem

da mídia entendam a importância de completar essa justiça de transição”.

Sobre os heróis anistiados, Vanucchi pondera: “O que eles querem de nós é que em um momento como esse planejem os passos de um Brasil melhor, um Brasil onde a tortura não siga existindo, em que os esquadrões da morte não sigam existindo”. Em referência à decisão do STF de anistiar os torturadores (vide *Revista Adusp* 45, p. 61), o ministro declara que “a impunidade contamina nossa época”.

O advogado Raphael Martinelli, que no passado militou no PCB e na ALN, considera que, apesar de ainda ser um debate restrito, o resgate histórico tem ganhado força. A transformação do DOPS é para ele — que preside o Fórum Permanente de Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo — um processo importante na luta pela memória. “Antes, vinham 40, 50 pessoas. Hoje passam cerca de 7 mil por mês e é importante, porque com a reforma dá para ter boa noção de como era a cela em que ficávamos”.

A contextualização do momento histórico em que viveram os militantes que hoje reclamam a revisão da Lei de Anistia de 1979 é uma preocupação recorrente. O próprio ministro Vanucchi reconhece que, apesar do esforço de setores da sociedade civil neste sentido, muitos brasileiros ainda desconhecem o que foi a Ditadura Militar e por que pessoas morreram lutando contra ela.

Em consonância com essa preocupação, o voto da relatora do processo de anistia, Rita Maria Sipahi, consistiu em um amplo dossiê, baseado no trabalho do historiador Luiz Henrique de Castro Silva, autor do livro *O Revolucionário da Convicção: vida e obra de Câmara Ferreira*, rico em depoimentos de companheiros da ALN e registros oficiais da vida do Comandante Toledo, também conhecido como “o Velho”.

Por unanimidade de seus membros, a Comissão de Anistia declarou “o jornalista e combatente, herói do povo brasileiro, Joaquim Câmara Ferreira”, anistiado político *post mortem*: à família, amigos e demais presentes, “o Estado Brasileiro pe-

de desculpas pelas atrocidades, pela barbárie, pelas torturas que o Estado Brasileiro infligiu a Joaquim Câmara Ferreira quando da sua prisão”. A declaração foi recebida por uma longa e emocionada ovação daqueles que com ele militaram: “Comandante Toledo: presente! Comandante Toledo: presente! Agora e sempre!”

Luiz Silva esclarece que enquanto levantava a história de presos políticos em Volta Redonda para sua pesquisa de pós-graduação, não raro encontrava referências a Câmara Ferreira. Porém, ao procurar aprofundar-se no conhecimento do personagem, deparava-se com o vazio bibliográfico. Foi então que, ao ingressar no mestrado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, decidiu escrever a biografia do líder comunista, lançada durante o ato político realizado no Memorial da Resistência.

A trajetória de “Toledo” é indissociável da história do Brasil e da própria esquerda brasileira. Nascido em 1913, filho de uma tradicional família de Jaboticabal (São Paulo), tornou-se estudante de engenharia na Escola Politécnica da USP, mudando-se dois anos depois para o curso de filosofia. Sua militância política inicia-se aos 18 anos, quando ingressa na Juventude Comunista. A partir de então, seu ideal o moveu até 1970, quando foi eliminado pela truculência da Ditadura, aos 57 anos.

“Meu pai morreu lutando, mas seus ideais, apesar de muito tempo ter se passado, se concretizaram”, pensa sua filha, Denise Fraenkel-Kose, que vive na Alemanha desde 1969. “A sua luta contribuiu para a democratização de nosso País. A nós, cabe a responsabilidade de

***Quando Marighella
retorna de Cuba disposto
a criar a ALN, Câmara
é talvez a principal
liderança do PCB a apoiá-
lo nesse projeto. Romper
com “seu” partido, pelo
qual lutara tanto, foi,
segundo José Luiz Del
Roio, a decisão mais difícil
de toda a sua vida***

homenageá-lo e dar continuidade à sua luta”.

José Luiz Del Roio, ex-militante do PCB e da ALN e ex-senador da Itália pelo Partido da Refundação Comunista (2006-2008), destacou em discurso no Memorial o fato de que Câmara foi um grande jornalista. Dirigiu o diário *Hoje*, “jornal do povo a serviço da democracia”, órgão do antigo PCB sediado na capital paulista, fundado em outubro de 1945 com o apoio do historiador Caio Prado Júnior e de outros intelectuais ligados ao partido.

No *Hoje*, na companhia de jornalistas como Noé Gertel e Jorge Amado, Câmara levou adiante várias batalhas contra o violento governo do general Eurico Gaspar Dutra, e registrou o forte movimento grevista do operariado brasileiro iniciado ao final da Segunda Guerra Mundial. *Hoje* foi um dos instrumentos das excepcionais votações obtidas pelos comunistas nas eleições de dezem-



José Luiz Del Roio

bro de 1945 e janeiro de 1947.

Em janeiro de 1948, a tentativa do DOPS e da Força Pública de invadir a oficina do jornal e apreender uma edição especial do *Hoje*, comemorativa do aniversário de Luiz Carlos Prestes, foi rechaçada por Câmara, que — acompanhado de Noé Gertel e do deputado estadual Estocel de Moraes — resistiu à bala. Horas depois, acabou preso, ao lado de dezenas de jornalistas e gráficos, e permaneceu encarcerado por dois meses. Não foi a primeira vez: em 1940, fora preso e brutalmente torturado pela polícia de Filinto Müller, no Rio de Janeiro.

Luiz Silva define Câmara como um “homem do aparelho”, que não assinava seus textos, era avesso a fotos e cuja participação política se dava nos bastidores do partido: “Nunca foi o homem das relações públicas, mas pelo contrário, sempre atuou dentro da máquina partidária, ou seja, na organização. Ho-

Acervo Iconographia



Entre os principais feitos da ALN está o seqüestro do embaixador dos EUA, Charles Burke Elbrick, realizado em parceria com o MR-8 e levado a cabo estrategicamente na Semana da Pátria, em 1969, no Rio de Janeiro

Acervo Iconographia



Acervo Iconographia

Uma de suas prisões, em 1950, quando o jornal Hoje incomodava o governo Dutra (no alto). Na campanha eleitoral de 1945, discursa ao lado de Prestes (acima). Autópsia no IML (ao lado).



mens como ele aparecem pouco, mas não deixam de ser fundamentais para o funcionamento da estrutura do Partido”, sintetiza.

Em meados da década de 1960, com o recrudescimento da face ainda mais facínora da Ditadura, Câmara passa a divergir da linha política do PCB. Quando o ex-deputado federal constituinte Carlos Marighella retorna de Cuba disposto a criar a ALN, Câmara é talvez a principal liderança do PCB a apoiá-lo nesse projeto. Romper com o “seu” partido, pelo qual lutara tanto, foi, segundo Del Roio, a decisão mais difícil de toda a sua vida, mas o fez pela convicção de que era preciso reagir à ofensiva militar e esta reação não era compatível com a postura “reformista” do partido.

A dissidência do PCB deu origem ao Agrupamento Comunista de São Paulo, que mais tarde tornar-se-ia a ALN, a maior organização da esquerda armada do Brasil. Neste período,

Quase um ano após a volta de “Toledo”, Fleury consegue plantar uma armadilha para ele, usando como “isca” um militante da ALN que, para não ser morto, entregou à repressão o chefe guerrilheiro



Homenagem na Câmara Municipal de São Paulo, em 14 de outubro: depoimentos e emoção

a clandestinidade em que Câmara vivia se intensificou, tendo de se afastar completamente da família. Até então ele sempre encontrava uma maneira de visitar os seus. Tornava-se, porém, muito perigoso realizar esses encontros, que colocavam em risco não somente a sua própria segurança, mas também a de sua esposa e filhos.

Os fundadores da ALN nutriam o sonho de construir um país baseado na derrubada da Ditadura Militar; na formação de um governo revolucionário do povo, na expropriação dos latifúndios; na melhoria das condições de vida dos operários, dos camponeses e das classes médias; na derrubada da censura, na instituição da liberdade de imprensa, conforme o relato de Luiz Silva.

Entre os principais feitos da organização está o seqüestro do embaixador dos Estados Unidos, Charles Burke Elbrick, em parceria com o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e levado a cabo estrategicamente na Semana da Pátria, em 1969, no Rio de Janeiro.

O embaixador foi utilizado como moeda de troca pela libertação de 15 prisioneiros políticos. Os militares viram-se obrigados a permitir, também, a leitura de um manifesto dos guerrilheiros, em cadeia de rádio e televisão.

A ação foi comandada por “Toledo”, sem que Marighella tivesse conhecimento dela. Por esse motivo, no primeiro encontro entre ambos após o seqüestro de Elbrick houve uma dura discussão entre os dois líderes. Em seguida, em reunião da ALN realizada depois do episódio, “Marighella chegou com uma visão crítica” da ação, contou Manoel Cyrillo, um dos guerrilheiros, ao biógrafo de Câmara; “o seqüestro havia exposto toda a organização”.

Na visão de Luiz Silva, embora não se possa “vincular exclusivamente ao seqüestro a ação repressiva naquele período”, ele “deu forças aos setores mais duros do regime, acabou levando a quedas em cascata, das quais não ficariam imunes Marighella, Câmara Ferreira e a ALN”.

Os militares haviam sido humilhados perante o mundo e caçariam implacavelmente as organizações envolvidas. Nesse contexto, é o próprio Marighella quem convence o jornalista a deixar o país, pois este “estava jurado de morte pelo regime militar”.

O historiador Luiz Mir, citado por seu biógrafo, assim descreve o encontro de despedida dos veteranos líderes comunistas: “Marighella repetia para um inconformado Câmara que tinha que sair do país, preservar-se. Se alguma coisa acontecesse com ele, haveria alguém para continuar comandando a luta. Chorando, abraçaram-se fortemente”. Dias depois, Marighella tombaria, vítima de uma emboscada armada pelo delegado Fleury.

Câmara estava em Paris, acompanhado do militante Aloysio Nunes Ferreira, preparando-se para uma missão na Coreia do Norte, quando soube, pela leitura do jornal *Le Figaro*, que Marighella fora assassinado. Passado o choque, decide ir a Cuba, para conversar com os jovens



Denise com o diploma concedido ao pai, entre o irmão Roberto e familiares: reparação

brasileiros que lá estavam em treinamento de guerrilha e para definir o futuro político da organização.

Em Havana encontra-se brevemente com Fidel Castro. Vence algumas resistências ao seu nome, existentes em um setor da ALN. Revê a filha Denise. Depois disso, retorna ao país, disposto a dar continuidade à luta armada contra a Ditadura, apesar dos riscos, advertências e senões. Dentro do próprio grupo já havia quem discordasse do caminho adotado, que se afastara de qualquer trabalho de massa.

“Muita gente ficou com medo de que ele voltasse e fosse assassinado, mas ele foi firme: ‘Vou de qualquer jeito, porque a continuação desta luta cabe a mim’. De fato ele veio

e continuou a luta”, relata Clara Charf, companheira de Marighela. “Toledo” retorna ao Brasil em dezembro de 1969. Dedicar-se à tentativa de reestruturar o grupo, “preparar infraestrutura para receber o contingente guerrilheiro que estava em Cuba”, transferir as ações armadas para o campo (para fugir ao cerco da repressão nas cidades) e “montar, com outras organizações de esquerda, uma grande frente ampla armada e implantar a guerrilha rural”, segundo Luiz Silva.

Quase um ano após a volta de “Toledo”, Fleury consegue plantar uma armadilha para ele, usando como “isca” um militante da ALN, José da Silva Tavares, que, para não ser morto, entregou o chefe guerrilheiro

à repressão. Atraído a um encontro, Câmara foi capturado. Resistiu, lutou, atracou-se com os policiais do DOPS. Espancado, já chegou ao sítio em que Fleury torturava suas vítimas respirando com dificuldade: sofrera um ataque cardíaco.

As homenagens realizadas no Memorial foram precedidas por outra, em 14 de outubro, na Câmara Municipal de São Paulo, onde, por iniciativa do vereador Ítalo Cardoso (PT), foram concedidos *in memoriam* a Câmara, na presença de seus filhos Roberto e Denise, o “Diploma de Gratidão” e a “Medalha Anchieta”. No encerramento da cerimônia, que contou com diversos oradores, os cerca de 150 participantes cantaram, com emoção, *A Internacional*.